

O LEGADO DA PRESIDÊNCIA BUSH EM ÁFRICA

Rodrigo Tavares

Em Fevereiro de 2008, o Presidente Bush fez o balanço do seu mandato e da sua recente visita oficial a África referindo que

«os americanos devem sentir-se orgulhosos, vigorosamente orgulhosos, do trabalho que estamos a fazer em África. Em cada paragem eu digo às pessoas que a fonte do nosso esforço é a generosidade do povo americano. Nós somos uma nação de pessoas bem intencionadas e com compaixão. Nós reconhecemos o potencial extraordinário de África»¹.

Alheios à fragrância retórica do discurso de Bush, a maior parte dos analistas tem tendência a corroborar o impacto positivo da política externa dos EUA para África. O objectivo central deste artigo é fazer uma nova avaliação do legado de George W. Bush no continente africano, recorrendo a novas fontes e auscultando quer a posição americana, quer a opinião dos próprios africanos. O artigo é composto por três secções. Na primeira parte a política da Administração Bush é comparada ao legado dos seus predecessores Jimmy Carter (1977-1981), Ronald Reagan (1981-1989), George H. Bush (1989-1993) e Bill Clinton (1993-2001). Na segunda parte concentramo-nos nos quatro principais pilares da intervenção americana no continente: cooperação militar, ajuda pública ao desenvolvimento, combate a doenças (HIV/sida e malária) e protecção da democracia e boa governação. Finalmente, no epílogo, tentar-se-á antecipar o posicionamento sobre África dos candidatos presidenciais John McCain e Barack Obama.

BUSH E OS SEUS PREDECESSORES

É possível argumentar que, desde a II Guerra Mundial, nenhuma administração americana adoptou uma política externa para África que tenha sido moldada pelas necessidades e especificidades do continente. Durante a Guerra Fria, África era apenas mais um palco na estratégia americana de contenção global do comunismo. A assistência económica e

militar a Haile Selassie na Etiópia, a Mobutu Sese Seko no Congo e a Savimbi em Angola são paradigmas da imposição dos interesses nacionais americanos no continente². Mesmo que esta tenha sido a linha condutora que ditou a postura em África durante a Guerra Fria, é importante notar as especificidades de cada administração.

A Presidência de Jimmy Carter deu uma nova ênfase ao continente africano e à protecção internacional dos direitos humanos. Com a nomeação de Andrew Young como embaixador na ONU, os EUA patrocinaram uma solução para a Namíbia, apoiaram a independência do Zimbabwe (apesar da ligação de Mugabe ao marxismo)³ e criticaram casos de tortura e de abusos físicos no continente. Foi também Jimmy Carter o primeiro Presidente a visitar oficialmente o continente (em 1978). Contudo, a lógica ainda era a da Guerra Fria e o apoio aos regimes autocráticos de Daniel Arap Moi no Quénia e William Tolbert na Libéria revelam quais eram, de facto, as reais prioridades. Com Reagan regressou-se à política realista mais clássica. Ainda que os EUA se tenham envolvido fortemente no continente, a sua acção confinou-se em garantir a independência da Namíbia e em gerir o problema do *apartheid* na África do Sul⁴ de forma a blindar o avanço soviético na África Austral. Continuaram-se também a proteger regimes repressores como o de Ibrahim Babangida na Nigéria ou de Theodoro Obiang Nguema na Guiné Equatorial (ambos os países são produtores de petróleo).

Com o final da Guerra Fria houve mudanças inevitáveis e significativas. Em primeiro lugar, George H. Bush, eleito em 1989, anunciou (juntamente com o Reino Unido e França) que a assistência pública ao continente seria contingente à existência de regimes democráticos⁵. Fazendo jus à sua palavra cortou o apoio a países aliados durante a Guerra Fria (Congo, Libéria e Sudão) e desviou recursos para apoiar a democratização da África do Sul, da Etiópia, e de Moçambique. Em segundo lugar, inaugurou uma nova linha de intervenção militar com a missão humanitária na Somália. Quiçá desde 1840, quando os Estados Unidos, o Reino Unido e a França enviaram um contingente naval para a costa ocidental de África para imporem o fim do tráfico de escravos, que os Estados Unidos não enviavam uma força militar significativa para um teatro de guerra de onde não extraem benefícios económicos ou políticos directos⁶. Mesmo assim, a política de Bush tinha incongruências: o apoio, por exemplo, aos regimes déspotas de Samuel Doe na Libéria ou Omar Bongo no Gabão é ilustrativo.

Com a chegada de Bill Clinton ao poder os EUA prometeram elevar o seu empenho e resgatar o interesse global pelo desenvolvimento do continente. A política da América seria, contudo, conduzida através de canais não-militares. O fracasso da missão na Somália levou Clinton a adoptar o «Presidential Decision Directive 25» (PDD 25)⁷ que procurava restringir fortemente a participação dos EUA em futuras missões de paz da ONU⁸. Assim, quando em Abril de 1994 o avião do Presidente hutu do Ruanda, Juvénal Habyarimana, foi abatido e a população se envolveu numa campanha brutal de extermínio da população tutsi, os Estados Unidos mostraram-se relutantes em intervir num «conflito local»⁹. A política civil-diplomática de Clinton teve várias vertentes. Para além

de duas visitas oficiais, Clinton adoptou vários programas e iniciativas das quais poderíamos destacar: a criação da African Crisis Response Initiative que visava o treino de tropas africanas de manutenção de paz (*peacekeeping*), e a adopção do African Growth and Opportunity Act, que permite o acesso privilegiado ao mercado americano de bens africanos. Para além disso, a Administração Clinton ficou também conhecida por apoiar aquilo que chamou uma «nova geração de líderes africanos», que se incluía Isaias Afwerki da Eritreia, Meles Zenawi da Etiópia, Yoweri Museveni do Uganda ou Paul Kagame do Ruanda. Ainda que fossem líderes autocráticos, Clinton estava mais empenhado no interesse genuíno que tinham manifestado em reconstruir e estabilizar os seus países.

A POLÍTICA EXTERNA DE GEORGE W. BUSH

Com a chegada ao poder de George W. Bush em 2001, o novo dinamismo americano não se esbateu. Ainda que a sua política externa se tenha concentrado fortemente no Afeganistão, no Iraque e na luta contra o terrorismo, o continente africano não foi negligenciado¹⁰. Os esforços da Administração Bush, moldados pelo trabalho nos bastidores de Sarah Moten (USAID – África Bureau), Jendayi Frazer (directora da Unidade África no Departamento de Estado) e Cindy Courville (directora da Unidade África no Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca), estiverem centrados em quatro vertentes: cooperação militar, ajuda pública ao desenvolvimento, combate a doenças e protecção da democracia e boa governação. Outros programas relevantes da Administração Bush incluem a African Global Competitiveness Initiative, Africa Education Initiative ou a Africa Financial Sector Initiative.

COOPERAÇÃO MILITAR

A mais emblemática iniciativa da Presidência Bush foi a criação, em 2007, do US Africa Command (AFRICOM), plano desenvolvido pelo Pentágono que pretende colocar uma força militar permanente no continente africano. O AFRICOM, será composto por militares e civis e terá como missão efectuar acções humanitárias, prevenir e gerir conflitos, e «promover programas de saúde, educação, democracia e crescimento económico»¹¹. Segundo os EUA, o AFRICOM é uma estrutura complexa que incluirá não só elementos do Pentágono, mas também representantes do Departamento de Estado, Departamento de Agricultura, Departamento de Comércio e USAID, num esforço coordenado para melhorar as condições políticas, económicas e sociais no continente¹². Segundo a nova estratégia americana, num mundo globalizado a pobreza e a falta de democracia são fertilizantes da insegurança.

A MAIS EMBLEMÁTICA INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA BUSH FOI A CRIAÇÃO, EM 2007, DO US AFRICA COMMAND (AFRICOM), PLANO DESENVOLVIDO PELO PENTÁGONO QUE PRETENDE COLOCAR UMA FORÇA MILITAR PERMANENTE NO CONTINENTE AFRICANO.

Um dos maiores desafios que se colocam ao AFRICOM é saber onde instalar o seu quartel-general. Até agora, vários países africanos manifestaram reservas, afirmando que o AFRICOM poderá assinalar a expansão da influência americana. A única excepção foi a Presidente liberiana Ellen Johanson-Sirleaf. Até que a fase operacional do AFRICOM não se inicie o comando estará sediado em Estugarda, na Alemanha¹³. Segundo Francis David, da Universidade de Bradford, «A maioria dos estados africanos está preocupada com as intenções do AFRICOM. De facto, este tem vindo a ser designado como o Cavalo de Tróia porque os interesses estratégicos dos EUA não foram tornados claros no seu relacionamento com África»¹⁴. É um facto de quem nem a ONU nem os países africanos foram consultados antes do anúncio do AFRICOM¹⁵. Outra limitação é a possível centralização de várias agências sob a alçada do AFRICOM, o que levará, quase inevitavelmente, à militarização da assistência americana no continente¹⁶.

Segundo os EUA, as críticas são infundadas porque o AFRICOM é apenas a consolidação de três comandos regionais que cobriam individualmente uma parte do continente: o Comando Europeu (EUCOM)¹⁷, o Comando do Pacífico (PACCOM)¹⁸ e o Comando Central (CENTCOM)¹⁹. A mudança de estratégia veio com o 11 de Setembro. Os ataques terroristas fizeram com que os militares americanos chegassem à conclusão da necessidade de centrarem mais atenção em África. Osama bin Laden viveu no Sudão durante vários anos, na década de 1990, onde alegadamente conspirou para atacar interesses dos EUA no estrangeiro. No Pentágono também se acreditava que Saddam Hussein possuía urânio originário de África²⁰. Para além do AFRICOM, a cooperação militar americana também se concentra no treino a tropas africanas de manutenção de paz. Em 2004, na Cimeira de Sea Island, o G8 prometeu treinar e equipar 75 mil tropas africanas de manutenção de paz. Através do African Contingency Operations Training and Assistance Program (ACOTA), os EUA já treinaram cerca de 39 mil tropas africanas em 20 países e estão bem posicionados para ajudar o G8 a cumprir a promessa para 2010. Cerca de 80 por cento das tropas africanas ao serviço da ONU ou da União Africana foram treinadas pelos EUA. O treino de tropas dá aos EUA capital político nas suas relações bilaterais com os países que treina. É interessante referir que o apoio financeiro dos EUA a organizações multilaterais africanas – onde os recursos seriam geridos pelos próprios africanos e os EUA acabariam por perder alguma influência directa – é diminuto. Por exemplo, o Departamento de Paz e Segurança da União Africana recebeu, dos EUA, em 2007, somente 100 mil dólares num conjunto total de contribuições externas que ascenderam aos 250,6 milhões de dólares²¹.

Outro pilar da cooperação militar são os dois novos programas antiterrorismo. O primeiro, Pan Sahel Initiative, visa ajudar países como o Chade, o Mali, a Mauritânia e o Níger, enquanto o segundo, East African Counter Terrorism Program, abrange o Djibouti, a Etiópia, o Quênia e a Tanzânia. Os programas atribuem um papel central ao reforço das forças de segurança e ao controlo fronteiriço. Na África Oriental torna-se claro que os EUA estão mais focados em dar prioridade aos seus próprios programas do

que em apoiar financeiramente os programas anti-terrorismo desenvolvidos pelos próprios africanos. De facto, ainda que a organização regional que abrange esta sub-região de África, a Intergovernmental Authority on Development (IGAD), tenha desenvolvido um programa original focado em erradicar as causas estruturais que levam ao terrorismo (IGAD Capacity Building Program against Terrorism) os EUA ainda não concederem qualquer tipo de apoio à sua implementação, ao contrário de um vasto número de países europeus. Segundo Hiruy, director do programa, a ajuda americana nem seria bem recebida visto que «a valorização que os EUA normalmente fazem da componente militar em contraterrorismo estaria dessincronizada com a filosofia do programa e só serviria para exacerbar o problema inicial»²².

A cooperação militar dos EUA assenta no princípio de que se irão abster de intervir militarmente no continente. Sofrendo ainda do síndrome da operação falhada na Somália, e desgastados com as intervenções no Afeganistão e no Iraque, os EUA têm rejeitado a possibilidade de intervir directamente. Por exemplo, em 2003, aquando da agudização da guerra civil na Libéria, e apesar da pressão internacional para intervir – nomeadamente de Kofi Annan, que apelou aos EUA para despacharem um contingente de duas mil tropas – Washington manteve-se insensível a tais apelos. No que diz respeito ao conflito no Darfúr, os EUA têm actuado por procuração, investindo no treino e no equipamento militar de alguns países, nomeadamente o Ruanda. O Pentágono já treinou cerca de sete mil tropas e investiu perto de 20 milhões de dólares no equipamento e no transporte de tropas ruandesas para o Darfúr²³.

SOFRENDO AINDA DO SÍNDROME DA OPERAÇÃO
FALHADA NA SOMÁLIA, E DESGASTADOS
COM AS INTERVENÇÕES NO AFGANISTÃO
E NO IRAQUE, OS EUA TÊM REJEITADO
A POSSIBILIDADE DE INTERVIR DIRECTAMENTE.

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO

Em 2002, a Administração Bush anunciou que iria duplicar a sua ajuda ao desenvolvimento até 2006 e que iria canalizar os recursos adicionais através da Millennium Challenge Corporation, um novo programa de ajuda pública. Segundo os EUA, os países receptores do programa serão seleccionados de acordo com critérios de boa governação de encorajamento às economias de mercado (ao todo existem 17 indicadores de selecção). Presentemente, o programa apoia 40 países, 20 dos quais em África. Apesar das boas intenções a eficácia do programa ainda não pode ser claramente vislumbrada. A principal crítica é a morosidade da concessão de fundos e o nível de existência administrativa que não se coaduna com as reais capacidades de resposta dos países africanos. Por esta razão, em Dezembro de 2007, o programa só tinha utilizado 155 milhões de dólares do seu orçamento geral de 4,8 biliões de dólares. Para além disso, dado o seu carácter transitório, a Millennium Challenge Corporation não consegue garantir a necessária sustentabilidade. A volatilidade da ajuda reduz consideravelmente a sua eficácia e agrava a instabilidade financeira dos países beneficiários. A previsibilidade e

a perenidade dos fluxos da ajuda trariam uma mais-valia qualitativa importante, garantindo a sua sustentabilidade. Os críticos alertam, por isso, para a necessidade de se manterem os fundos tradicionais da US Agency for International Development (USAID) e temem a politização da Millennium Challenge Corporation²⁴.

No total, os EUA prometeram aumentar a sua ajuda pública a África para 8,7 biliões de dólares até 2010. Este compromisso deve ser analisado à luz das promessas da Cimeira do G8 de Gleneagles, onde o grupo dos países mais industrializados se comprometeu a aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento a África para 54 biliões. Em 2007, de acordo com as projecções da OCDE, o volume de ajuda para África cifrou-se nos 36 biliões, o que implica que o G8 terá de fazer um esforço muito significativo para cumprir a sua promessa. Em 2007, a ajuda pública dos EUA situou-se nos 5,4 biliões o que, segundo algumas análises, condiciona as reais possibilidades de cumprir os seus objectivos para 2010²⁵.

COMBATE A DOENÇAS

Actualmente há cerca de 23 milhões de pessoas infectadas com sida em África²⁶, o que significa que esta doença vai ter um impacto demográfico de proporções semelhantes às da Peste Negra, que no século XIV dizimou cerca de 25 milhões de pessoas na Europa. No início do século, com o agravamento do problema da sida e da malária, estas doenças deixaram de ser abordadas como problemas de saúde e passaram a ser tratadas como problemas de segurança. Neste contexto, o Presidente Bush lançou, em 2003, o Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos da América para Alívio da Sida (PEPFAR) – uma iniciativa que visa prevenir novas infecções de HIV, tratar pessoas infectadas e prestar cuidados a pessoas afectadas indirectamente pelo HIV. O PEPFAR é, segundo a Casa Branca, o mais volumoso programa de combate a uma doença alguma vez adoptado. Na primeira fase de cinco anos distribuiu 18,8 biliões de dólares, principalmente em África. No período de 2008-2013 o programa terá um orçamento de 48 biliões. A juntar a isto, os EUA já contribuíram com cerca de 2,5 biliões de dólares para o The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria (criado pelo G8 em 2001) – ainda que esteja prevista no ano fiscal de 2009 uma redução de 40 por cento na contribuição americana para o Fundo.

Pese embora o PEPFAR seja inúmeras vezes valorizado pela Casa Branca como a mais importante contribuição da Administração Bush em África, o programa apresenta algumas dificuldades em reflectir e se adaptar à realidade africana. De facto, de acordo com a metodologia do programa dois terços dos fundos disponíveis devem ser gastos ou em programas de abstinência sexual pré-matrimónio ou em programas de fidelidade conjugal. Segundo o jornal médico *The Lancet*, a abordagem defendida pelo PEPFAR é baseada em «informações distorcidas e numa ideologia própria» e acrescenta que «muitas mais vidas serão salvas se à política de abstinência sexual se associar uma forte mensagem de uso do preservativo»²⁷. O PEPFAR já estimulou a própria União Europeia a manifestar a sua «preocupação pela ressurgência de mensagens total ou parcialmente

erradas sobre a prevenção do HIV baseadas em provas com eficácia limitada» e a reiterar que «para que a prevenção do HIV seja eficaz todas as abordagens têm de ser utilizadas e não simplesmente uma ou outra em isolamento»²⁸.

Menos ideológico e mais eficaz é o programa americano de combate à malária em África. Adoptado em 2005, estima-se que o President's Malaria Initiative (PMI) já tenha atingido uma população de 25 milhões de pessoas. O programa disponibiliza 1,2 biliões de dólares até 2010 e visa reduzir em metade o número de mortes por malária em 15 países africanos.

DEMOCRACIA E BOA GOVERNAÇÃO

Em discurso oficial os EUA afirmam estar determinados em promover a democracia e os direitos humanos. Segundo a Casa Branca, só em 2007 os EUA concederam cerca de 175 milhões de dólares em programas de boa governação em África. A prática convida, contudo, a uma leitura mais cuidada. No Sudão, por exemplo, é um facto que os EUA contribuíram, de forma veemente, para que terminassem as hostilidades entre o Norte e o Sul, após a assinatura de um tratado de paz em 2005. Para reiterar o seu compromisso com a boa governação, em diversas ocasiões os EUA condenaram publicamente o papel instrumental do Presidente sudanês Omar al-Bashir no genocídio no Darfur. Ainda assim, o relatório de 2006 do Departamento de Estado, *Country Reports on Terrorism*, considerava o Sudão como «um forte aliado na guerra contra o Terror»²⁹. Em vários outros países os EUA têm apoiado regimes autocráticos ou sido complacentes com processos eleitorais fraudulentos. Por exemplo, no Quénia, os EUA apoiaram a reeleição do Presidente Mwai Kibaki em 2007, um forte aliado dos EUA na África Oriental, ainda que os observadores internacionais tenham unanimemente considerado a derrota do candidato da oposição Raila Odinga como fraudulenta. O mesmo sucedeu na Etiópia com o apoio explícito dos EUA ao primeiro-ministro Meles Zenawi, ainda que as eleições de 2005 fossem consideradas como forjadas e que o regime tenha assassinado cerca de 200 opositores políticos nos dias que se seguiram à eleição, de acordo com um relatório da União Europeia. Dois anos mais tarde, os EUA apoiaram fortemente a intervenção etíope na Somália. Ao contrário do que o discurso oficial sugere, o nível de complacência com a falta de democracia nalguns países é contingente aos interesses estratégicos americanos.

AO CONTRÁRIO DO QUE O DISCURSO OFICIAL SUGERE, O NÍVEL DE COMPLACÊNCIA COM A FALTA DE DEMOCRACIA NALGUNS PAÍSES É CONTINGENTE AOS INTERESSES ESTRATÉGICOS AMERICANOS.

O BALANÇO

A Casa Branca defende publicamente que os EUA transformaram a forma como a ajuda pública ao desenvolvimento é gerida: «demasiadas nações continuam a seguir a noção paternalista que trata os países africanos como casos de caridade, ou como um modelo

de exploração que visa usar os seus recursos. A América rejeita ambas as abordagens»³⁰. Este foi o discurso oficial nas duas visitas de Estado de Bush ao continente: a primeira em 2003, quando visitou o Senegal, a África do Sul, o Botswana, o Uganda e a Nigéria, e a segunda, em 2008, que incluiu a Libéria, o Benim, o Gana, o Ruanda e a Tanzânia. Mas importa perguntar, o que suscita o interesse dos EUA no continente? Como disse Bob Geldof, «ajudar os pobres de África não dá votos, mas Bush fê-lo de qualquer das formas»³¹.

Várias vezes George Bush encarou o seu papel em África como uma acção de espírito missionário, quase messiânico. Após a sua segunda visita oficial a África, Bush afirmou na Leon H. Sullivan Foundation que «a América tem uma missão de misericórdia [...] esta missão serve os nossos interesses morais – todos nós somos filhos de Deus e ao poder de salvar vidas junta-se a obrigação de o fazermos»³². Ainda que haja já uma literatura relativamente extensa sobre a aspiração evangelizadora da política externa de Bush³³, na prática a máquina do Departamento de Estado e da Defesa está mais interessada em salvaguardar os interesses americanos. Isso passa, inequivocamente, por conter a expansão chinesa no continente. A China importa um terço do seu petróleo de África e tem no continente mais de 900 empresas no activo. As trocas comerciais entre o continente e a China quadruplicaram nos últimos anos para 73,31 biliões de dólares em 2007 e é estimado que atinjam os 100 biliões até 2010. Apesar de ambos os países terem canais diplomáticos abertos (nomeadamente sobre o Sudão), China e Estados Unidos são rivais³⁴.

Em segundo lugar, os EUA estão interessados em garantir fontes alternativas de fornecimento de petróleo. Presentemente, cerca de 10 por cento das importações de petróleo americanas vêm de África mas o objectivo é incrementar para 25 por cento até 2015³⁵. Este é o pressentimento da própria China. Aquando da segunda visita de Bush a África, a agência oficial de notícias chinesa – Xinhua – noticiava que o objectivo último da visita seria promover os interesses estratégicos dos EUA no continente³⁶. É possível argumentar que o próprio estabelecimento do AFRICOM é feito, de certa forma, com o intuito de controlar interesses estratégicos no continente, nomeadamente recursos naturais. O AFRICOM foi inicialmente proposto por James Jay Carafano e Nile Gardiner da conservadora Heritage Foundation. No relatório que escreveram, os autores esclarecem que um dos objectivos de um possível comando militar em África seria preservar o acesso a petróleo e recursos naturais³⁷. África produz, por exemplo, 90 por cento do cobalto mundial, 50 por cento do ouro, 30 por cento do urânio e 20 por cento do petróleo.

É quase banal afirmar que em política externa existe uma discrepância entre a percepção da sociedade civil e a realidade dos decisores políticos. Ao contrário da percepção social, geralmente negativa, da política externa de Bush, é justo afirmar que no caso de África muitas das críticas à Administração Bush são infundadas. Mas a realidade transmitida pelos decisores políticos dos EUA, geralmente positiva, também é muitas vezes incoerente. Apesar da mensagem oficial, os EUA perseguem, inevitavelmente, os

seus interesses em África. Tal como Carter e Clinton, George Bush elevou o interesse e a responsabilidade dos EUA, mas de forma similar a Reagan e Bush (pai), os EUA não moldaram os seus programas de assistência ao continente às reais necessidades dos africanos.

QUEM VEM A SEGUIR?

Sabendo das diferenças que existem entre as aspirações dos programas eleitorais e a tangibilidade da realidade política, é certamente difícil antecipar a política de Barack Obama e de John McCain para África. Mesmo assim, uma leitura cuidada das suas intervenções políticas é esclarecedora a vários níveis. Em primeiro lugar, os candidatos têm visões diferentes de como abordar e gerir a política externa americana. Segundo McCain, a prioridade é «proteger o território nacional numa era de terrorismo global e de extremismo Islâmico» e, neste sentido, o candidato republicano promete «trabalhar com aliados – de África ao Sudeste Asiático – para os ajudar a combater o terrorismo e possíveis grupos rebeldes nos seus respectivos países». Estes objectivos são atingíveis através de «forças armadas fortes»³⁸. Barack Obama, por outro lado, tem defendido um posicionamento externo que dê prioridade à diplomacia e retire ênfase às opções militares. Enquanto McCain apoia a criação de uma League of Democracies, uma instituição que poderá chamuscar o peso e a legitimidade da ONU, Obama advoga um forte envolvimento dos EUA nas Nações Unidas e defende a reformulação do Conselho de Segurança.

As intervenções de McCain sobre política externa têm-se restringido ao Afeganistão, Iraque ou Médio Oriente e negligenciado o continente africano. De McCain poderemos esperar a continuação temática da política externa de Bush – terrorismo e armas de destruição maciça – e o prosseguimento dos mesmos programas sociais, nomeadamente no combate ao HIV/sida³⁹ e à malária no continente. Em Março de 2008, num discurso perante o World Affairs Council em Los Angeles, o candidato prometeu «erradicar a malária no continente, a principal causa de morte de crianças em África com menos de 5 anos»⁴⁰.

Com excepção do HIV/sida e da malária, até ao momento o candidato não fez alocações públicas sobre o desenvolvimento do continente ou sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). A política de McCain, que tem acusado falta de experiência em política africana⁴¹, será alicerçada no apoio aos aliados tradicionais dos EUA, nomeadamente o Quénia, a Libéria, Angola, a Nigéria, a África do Sul e a Etiópia.

Com o seu passado africano, e o seu empenho em evitar o mais possível uma mensagem de conotação «rácica», Barack Obama não tem tido um discurso tão africanista quanto os líderes no continente esperariam. Talvez por essa razão não tenha ainda proposto

COM O SEU PASSADO AFRICANO,
E O SEU EMPENHO EM EVITAR O MAIS POSSÍVEL
UMA MENSAGEM DE CONOTAÇÃO «RÁCICA»,
BARACK OBAMA NÃO TEM TIDO UM DISCURSO
TÃO AFRICANISTA QUANTO OS LÍDERES
NO CONTINENTE ESPERARIAM.

uma metodologia de trabalho que abranja todo o continente africano. Todavia, o seu programa eleitoral defende uma intervenção contundente no Darfur, refere a necessidade de terminar o conflito no Congo, e de julgar Charles Taylor. O programa de Obama advoga também a necessidade de abrir consulados e embaixadas nos «lugares mais difíceis do mundo, particularmente em África»⁴². Interessante é o facto de o programa eleitoral se encontrar desactualizado. A sua proposta de envio de uma força robusta da ONU foi antecedida pelo envio de uma missão híbrida da ONU e da União Africana em Janeiro de 2008 (UNAMID), o conflito no Congo decresceu de importância e hoje é simplesmente considerado um «conflito menor» (516 mortes em 2007)⁴³ e o julgamento de Charles Taylor decorre segundo os procedimentos jurídicos internacionais.

Mais notório é o facto de Obama defender um esforço adicional para que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio sejam alcançados e prometer duplicar a ajuda pública americana para 50 biliões de dólares para que o objectivo de reduzir a pobreza extrema a nível mundial para metade seja atingido. Obama também prometeu desideologizar e expandir o PEPFAR de forma a conceder pelo menos mais um bilião de dólares por ano⁴⁴.

Ainda que a promessa de aumentar a ajuda pública para 50 biliões de dólares seja inverosímil⁴⁵, de Obama podemos esperar uma presidência activa. Quando visitou o continente em 2006, numa deslocação do Congresso americano, Obama criticou, na África do Sul, a política de Thabo Mbeki de combate à sida, apelou, em Nairobi, aos quenianos para ultrapassarem as suas divisões étnicas (num discurso sibilino do que haveria de acontecer no início de 2008) e visitou campos de refugiados no Chade onde defendeu uma política mais robusta no Darfur por parte da comunidade internacional.

Mas promessas eleitorais são tradicionalmente diferentes de +/- realidades políticas. Quando chegou à Presidência, George Bush prometeu reduzir os subsídios nacionais à agricultura de forma a criar regras justas de comércio internacional. Contudo, nenhuma medida séria foi tomada e os produtos africanos continuam a não ter possibilidade de competir de forma justa. O futuro é, por isso, difícil de descortinar. **RI**

- 1 «President Bush discussed trip to Africa at Leon H. Sullivan Foundation». [Consultado a: 3 de Agosto de 2008]. Disponível em: www.whitehouse.gov.
- 2 CLOUGH, Michael – *Free at Last? U.S. Policy Toward Africa and the End of the Cold War*. Nova York: Council on Foreign Relations, 1992; SCHRAEDER, Peter J. – *United States Foreign Policy Toward Africa: Incrementalism, Crisis and Change*. Nova York: Cambridge University Press, 1994.
- 3 YOUNG, Andrew – «The United States and Africa: Victory for diplomacy». In *Foreign Affairs*, Vol. 59, N.º 3, 1980.
- 4 Ronald Reagan manteve uma política de aceitação do regime na África do Sul que considerava «um país que nos apoiou em cada guerra que travámos, um país essencial para o mundo livre na produção de minerais.» Cf. «The Vicar Takes Charge». In *Time*, 16 de Março de 1981.
- 5 LAWSON, Letitia – «External democracy promotion in Africa: Another false start?». In *Commonwealth and Comparative Politics*. Vol. 37, N.º 1, 1999.
- 6 LEWY, Guenter – «The case for humanitarian intervention». In *Orbi*. Vol. 37, N.º 4, 1993.
- 7 [Consultado a: 5 de Agosto de 2008] Disponível em: <http://www.fas.org/irp/offdocs/pdd25.htm>.
- 8 LAKE, David – *Entangling Relations: American Foreign Policy in Its Century*. New Jersey: Princeton University Press, 1999, p. 212.
- 9 POWER, Samantha – «Bystanders to Genocide: Why the United States let the Rwandan tragedy happen». In *The Atlantic Monthly*, Setembro de 2001.
- 10 BOSE, Meena, BOSE, Meenekshi, e PEROTTI, Rosanna – *From Cold War to New World Order: The Foreign Policy of George H.W. Bush*. Westport: Greenwood Press, 2002.
- 11 Cf. «The controversy over Africom». In *BBC News*, 3 de Outubro de 2007.
- 12 HICKS, Kathleen H. – «AFRICOM: Vision and prospects». In *Statement Before the US House of Representatives, Subcommittee on National Security and Foreign Affairs*, 2008.
- 13 O líder do Governo Regional dos Açores, Carlos César, já defendeu publicamente a localização do AFRICOM na Base das Lajes. Cf. «Carlos César defende localização do AFRICOM na Base das Lajes». In *TSF*, 16 de Julho de 2008.
- 14 Cf. «O AFRICOM ainda em fase embrionária». In *Voice of America*, 19 de Fevereiro de 2008.
- 15 *Entrevista 3*. Zewdineh Haile, Presidente, African Institute for Arbitration, Mediation, Conciliation and Research (AIAMCR) [Addis Ababa, 16 de Setembro de 2007].
- 16 Cf. «Analyst: on Africa visit, Bush pushes agenda of Continent-Wide U.S. military expansion». In *Democracy Now*, 18 de Fevereiro de 2008; LEMELLE, Gerald – «Africa policy outlook 2008». In *Foreign Policy in Focus*. Washington DC: Institute for Policy Studies, 2008.
- 17 Com responsabilidades sobre toda a Europa, Médio Oriente e parte de África.
- 18 Com responsabilidades sobre Madagáscar, Seicheles e Maurícias.
- 19 Com responsabilidades sobre o Quênia, Djibouti, a Somália, o Sudão, o Egito e a Etiópia.
- 20 DAALDER, Ivo H., e LINDSAY, James M. – *America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy*. Washington: Brookings Institution Press, 2003, 158.
- 21 *Entrevista 4*. Biscut Tessema, Coordenadora, African Union Peace and Security Department Finance Unit (Addis Ababa, 10 de Junho de 2008).
- 22 *Entrevista 2*. Amanuel Hiruy, Director, IGAD Capacity Building Program Against Terrorism (ICPAT) [Addis Ababa, 24 de Setembro de 2007].
- 23 *Entrevista 1*. Tim Murihi, Senior Research Fellow, Institute for Security Studies [Addis Ababa, 12 de Novembro de 2007]
- 24 O *El País* teve acesso a uma conversa entre o Presidente Bush e o primeiro-ministro Aznar, decorrida em 2003, onde Bush referiu que como Angola recebia fundos através da Millennium Challenge Corporation a possibilidade de o seu Governo reprovar a guerra no Iraque seria reduzida. Cf. «Llegó el momento de deshacerse de Sadam». In *El País*, 26 de Setembro de 2007.
- 25 Cf. Data Report 2008. [Consultado a: 2 de Agosto de 2008]. Disponível em: <http://www.one.org/report/en>.
- 26 UNAIDS – *2008 Report on the Global AIDS Epidemic*. Nova York: Joint United Nations Program on HIV/AIDS (UNAIDS), 2008.
- 27 Cf. «HIV prevention policy needs an urgent cure». In *The Lancet*. Vol. 367, N.º 9518, pp. 15-21, Abril de 2006.
- 28 Cf. «European Union statement on HIV prevention for an AIDS free generation». 24 de Novembro de 2005 (DEVGEN 232).
- 29 STATE DEPARTMENT – *Country Reports on Terrorism 2006*. Washington: State Department, 2007.
- 30 «President Bush discussed trip to Africa at Leon H. Sullivan Foundation». [Consultado a: 3 de Agosto de 2008]. Disponível em: www.whitehouse.gov.
- 31 GELDOF, Bob – «The Healer». op-ed in *Time*, 3 de Março de 2008.
- 32 «President Bush discussed trip to Africa at Leon H. Sullivan Foundation».
- 33 SHWEDER, Richard A. – «George W. Bush and the missionary position». In *Daedalus*, Vol. 133, N.º 3, 2004; MONTEN, Jonathan – «The roots of the Bush doctrine: Power, nationalism, and democracy promotion in U.S. strategy». In *International Security*, Vol. 29, N.º 4, 2005.
- 34 COOKE, Jennifer – *US and Chinese Engagement in África: Prospects for Improving US-China-Africa Cooperation*. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2008.
- 35 Esta ideia foi originalmente defendida por George Bush no discurso *State of the Union* de 2006 onde defendeu a necessidade de terminar a dependência dos EUA do petróleo vindo do Médio Oriente. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/stateoftheunion/2006>.
- 36 F. «Bush's African tour highlights US long-term strategic interests». In *Xinhua*, 16 de Fevereiro de 2008.
- 37 CARAFANO, James Jay, e GARDINER, Nile – «U.S. military assistance for Africa: A better solution». In *Heritage Foundation Backgrounder #1697*, 2003.
- 38 Cf. <http://www.johnmccain.com>. [Consultado a: 5 de Agosto de 2008].
- 39 Será importante lembrar que num debate republicano que decorreu no Calvin College a 10 de Janeiro de 2000, o candidato McCain criticou os programas de HIV/sida sugeridos pelo também candidato George W. Bush. Segundo McCain, os fundos americanos seriam desviados em actos de corrupção. Cf. http://www.ontheissues.org/GOP_Michigan.htm. [Consultado a: 5 de Agosto de 2008]. Ainda assim, na presente campanha eleitoral o candidato deixou de fazer referências ao possível abrandamento da ajuda pública americana a causas sociais.
- 40 Cf. «McCain Outlines foreign policy». In *The Washington Post*, 27 de Março de 2008.
- 41 Cf. «McCain Confuses Somalia and Sudan». In *The Huffington Post*, 1 de Julho de 2008.
- 42 Cf. www.barackobama.com. [Consultado a: 5 de Agosto de 2008].
- 43 Cf. Uppsala Conflict Database. [Consultado a: 4 de Agosto de 2008]. Disponível em: <http://www.pcr.uu.se/research/UCDP>.
- 44 Cf. www.kaisernet.org/election2008/OBAMAFactSheetAIDSFINAL.pdf. [Consultado a: 8 de Agosto de 2008].
- 45 Em 2007, o volume global total de ajuda pública ao desenvolvimento cifrou-se nos 103,7 biliões de dólares de acordo com a OCDE. Em 2007, a ajuda total dos EUA atingiu os 21,8 biliões de dólares o que torna a meta de 50 biliões de dólares difícil de atingir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSE, Meena, BOSE, Meenekshi, e PEROTTI, Rosanna – *From Cold War to New World Order: The Foreign Policy of George H.W. Bush*. Westport: Greenwood Press, 2002.

CARAFANO, James Jay, e GARDINER, Nile – «U.S. military assistance for Africa: A better solution». In *Heritage Foundation Background #1697*, 2003.

CLOUGH, Michael – *Free At Last? U.S. Policy Toward Africa and the End of the Cold War*. Nova York: Council on Foreign Relations, 1992.

COOKE, Jennifer – *US and Chinese Engagement in Africa: Prospects for Improving US-China-Africa Cooperation*. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2008.

DAALDER, Ivo H., e LINDSAY, James M. – *America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy*. Washington: Brookings Institution Press, 2003.

HICKS, Kathleen H. – «AFRICOM: Vision and prospects». In *Statement Before the US House of Representatives, Subcommittee on National Security and Foreign Affairs*, 2008.

LAKE, David – *Entangling Relations: American Foreign Policy in Its Century*. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

LAWSON, Letitia – «External democracy promotion in Africa: Another false start?». In *Commonwealth and Comparative Politics*. Vol. 37, N.º 1, 1999.

LEMELLE, Gerald – «Africa policy outlook 2008». In *Foreign Policy in Focus*. Washington DC: Institute for Policy Studies, 2008.

LEWY, Guenter – «The case for humanitarian intervention». In *Orbi*. Vol. 37, N.º 4, 1993.

MONTEN, Jonathan – «The roots of the Bush doctrine: Power, nationalism, and democracy promotion in U.S. strategy». In *International Security*, Vol. 29, N.º 4, 2005.

POWER, Samantha – «Bystanders to Genocide: Why the United States let the Rwandan tragedy happen». In *The Atlantic Monthly*, Setembro de 2001.

SCHRAEDER, Peter J. – *United States Foreign Policy Toward Africa: Incrementalism, Crisis and Change*. Nova York: Cambridge University Press, 1994.

SHWEDER, Richard A. – «George W. Bush and the missionary position». In *Daedalus*, Vol. 133, N.º 3, 2004.

STATE DEPARTMENT – *Country Reports on Terrorism 2006*. Washington: State Department, 2007.

UNAIDS – *2008 Report on the Global AIDS Epidemic*. Nova York: Joint United Nations Program on HIV/AIDS (UNAIDS), 2008.

YOUNG, Andrew – [1980] «The United States and Africa: Victory for diplomacy». In *Foreign Affairs*, Vol. 59, N.º 3.

LISTA DE ENTREVISTAS

Entrevista 1. Tim Muriithi, Senior Research Fellow, Institute for Security Studies (Addis Ababa, 12 de Novembro de 2007)

Entrevista 2. Amanuel Hiruy, Director, IGAD Capacity Building Program Against Terrorism (ICPAT) (Addis Ababa, 24 de Setembro de 2007).

Entrevista 3. Zewdineh Haile, Presidente, African Institute for Arbitration, Mediation, Conciliation and Research (AIAMCR) (Addis Ababa, 16 de Setembro de 2007).

Entrevista 4. Biscuit Tessema, Coordenadora, African Union Peace and Security Department Finance Unit (Addis Ababa, 10 de Junho de 2008).